

# Monetarismo, o novo mito da economia brasileira

Marco Antônio  
Mastrobuono (\*)

Assiduamente, a crônica especializada vem registrando opiniões que qualificam a política econômica vigente de monetarista. Muitos dos que pensam assim estão também convencidos de que é o fruto de uma capitulação do governo ante exigências internacionais. Os credores do Brasil e o FMI surgem, então, como os inspiradores exigentes de tal política e beneficiários da rendição. Não é fácil, porém, reconciliar esta interpretação com a realidade nacional.

O crédito escasso e taxas de juros elevadas são elementos constantes de uma política antiinflacionária ortodoxa. Contudo, suas presenças, na atual conjuntura financeira, não refletem a ortodoxia mencionada.

As taxas de juros, que hoje se praticam bem acima da inflação, têm a finalidade precipua de manter o custo do crédito internacional mais barato que o interno. Trata-se, pois, de um instrumento coercitivo, que persegue a captação das divisas indispensáveis para o fechamento do balanço de pagamentos. Não são taxas que se elevam como consequência de uma demanda excessiva de crédito em face de recursos escassos. Há sintomas do contrário. Havia disponibilidade financeira em busca de tomadores arredios. Uns, porque dispõem de melhor alternativa fora do Brasil. Outros, porque preferem reduzir o nível de atividades, convenientes de que não há possibilidade de lucro com um custo financeiro tão alto.

A falta de liquidez atual em nada se parece a um fenômeno monetário ortodoxo. Não se está retirando moeda de circulação nem contraindo os meios de pagamento. As autoridades

monetárias não estão captando recursos com o propósito de eliminar um excesso de demanda que pressiona os preços. Nada disso. Apesar das aparências são semelhantes. Existe, sim, uma ávida, para não dizer esfaimada, captação de recursos financeiros por parte do governo. Empreendida, porém, para sustentar um processo de vertiginosa expansão dos gastos estatais.

No ano passado, foi imposta ao País uma carga tributária duas vezes maior que a requerida pelo custeio da administração direta federal. Isto é, as atividades específicas e tradicionais do Estado não precisaram de mais que a metade dos impostos efetivamente arrecadados. De uma receita fiscal pouco superior a Cr\$ 1,2 trilhão, cerca de Cr\$ 280 bilhões foram transferidos para o orçamento monetário, com o fim de subsidiar créditos e consumos diversos. Outros Cr\$ 299 bilhões foram transferidos para as empresas estatais, de modo a lhes cobrir a insuficiência de recursos.

Além disso, cerca de um terço da dívida pública interna amortizou-se, em 1980, graças ao confisco implícito na prefixação de uma correção monetária que correspondeu apenas à metade da inflação. Tal artifício desobrigou a Casa da Moeda de atender a necessidades da dívida interna. Assim, esta operosa repartição trabalhou unicamente para a cobertura de outras insuficiências, expandindo em 50% a base monetária.

O quadro repete-se em 1981. As modificações não vão além de minúcias formais. O custeio da administração direta federal não ultrapassará uma soma equivalente a 20% dos dispêndios globais das empresas estatais. As contas do orçamento monetário reclamarão recursos comparáveis à metade da receita fiscal prevista. Neste panorama sombrio, o governo procura desesperadamente "faturar" onde encontre recursos.

Tem-se financiado junto às cadernetas de poupança. Para captar o numerário que permita colocar ORTN, as cadernetas estão oferecendo generosa correção monetária, agora e desta vez calculada com base no INPC. Deste modo, elevam-se drasticamente os custos de captação também para as demais instituições financeiras.

Não arrecadando o bastante, captou também disponibilidades superiores a Cr\$ 200 bilhões, através da colocação de LTN no "open". Tal desempenho deveu-se a uma atraente remuneração oferecida pelas letres.

Eis por que se levantou o custo do dinheiro e se reduziu a liquidez. Não como instrumento de política monetária, porém e tão-somente como mecanismo tributário disfarçado. A realidade é, pois, bem diferente da ortodoxia que se supõe inspirar as autoridades monetárias.

O artificialismo explica o

paradoxo que perdura na economia brasileira. De um lado, há mais de um ano, tem-se conseguido conter a expansão da base monetária dentro de um ritmo que não supera metade das taxas de crescimento do Índice Geral de Preços. Além disso, os juros foram elevados bem acima da inflação. Reduziu-se a liquidez a níveis dramáticos. Cortou-se o crédito ao consumidor e liberaram-se os preços. A demanda reduziu-se de modo notável. Há contração efetiva e dolorosa da capacidade produtiva. Desemprega-se a força de trabalho. E, com isso tudo, a inflação não cede significativamente.

Está na moda afirmar que os preços não caem devido à ação dos oligopólios. A assertiva resolve o paradoxo. Não obstante, equivocam-se os que responsabilizam as multinacionais ou as empresas privadas como os agentes reais da frustração dos mecanismos de merca-

do. Ainda que, aqui e acolá, ocorram preços de cartel, como parece ser o caso da indústria automobilística, na verdade, o Estado é o agente perturbador. Os preços das empresas estatais e os dos serviços públicos são monopólicos ou monopsonistas. Mais de 50% da economia está estatizada. Se não vejamos. As empresas do governo federal manejam 30% do PNB. As estatais paulistas, cerca de 5%. As administrações diretas dos municípios, estados e União andam por perto dos 10%. Somem-se os dispêndios do orçamento monetário. Exclua-se a agricultura de subsistência. O que resta do PNB em regime de livre empresa ou de mercado? Qual é o quinhão da economia privada? Eis por que não pode ser eficaz a política antiinflacionária posta em prática no Brasil. O mesmo motivo, a mesma razão e os mesmos antecedentes demonstram que jamais existiu monetarismo

nas políticas econômicas vigentes.

Os gastos do Estado e de suas empresas estão muito além dos recursos disponíveis. A estrutura produtiva do País já não é capaz de gerar-lhes a renda necessária. Tais gastos estão sustentando muita gente em atividades não produtivas. Parte dos salários pagos por empresas estatais está emprestando as apariências de emprego ao que, na verdade, é pura previdência social. Parte das despesas correntes é apenas desperdício. Parte dos gastos de capital é de baixa rentabilidade e, às vezes, não tem retorno. Sem cortes drásticos nos gastos públicos e no nível de estatização da economia não se reduzirá significativamente a inflação. Tampouco chegaremos a uma sociedade democrática estável.

(\*) Consultor das Nações Unidas. Ex-dirigente de empresas públicas e privadas.